
EXERCÍCIO DE 2025

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE FRANCA – 17 DE JUNHO DE 2025

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às sete horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Infraestrutura, da Prefeitura Municipal de Franca, localizada na Rua Frederico Moura, nº 1517, bairro Cidade Nova, reuniu-se, de forma híbrida (presencial e virtual), o Conselho Municipal de Habitação de Franca (COMHAB) para realização da sua 6ª (sexta) Reunião Ordinária do ano de 2025. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares ou suplentes no exercício da titularidade: Thallita Barbosa, Marcos Peraro Gomes, Rosa Maria de Paiva Castro, Claudio Barbosa Ferreira, Marcelo Augusto da Silveira e Vania Correa Ramos da Silva. Participaram de maneira virtual os seguintes conselheiros: Carlos Eduardo Rodrigues, Elaine Cristina dos Santos, Michelly Monteiro Pacheco, Marcelo Augusto da Silveira. Esteve presente o conselheiro suplente Alexandre Antonio Silva Stefani. Houve registro de justificativas de ausências do conselheiro Eder Furtado Ribeiro. Participaram também enquanto convidados: Micaelle Fernanda de Aguiar, Maria Carolina de Andrade Oliveira, Lilian Camila Rosa, Camila Ribeiro Tomé, trabalhadoras da Sociedade Francana de Trabalho e Instrução para Cegos (SFITC) no Programa de Proteção Social Assistida, e o Major Osvaldo de Oliveira Jr, da Secretaria de Segurança. A reunião teve início com a leitura integral da ata da Quinta Reunião Ordinária, realizada pela presidente Thallita Barbosa. Houve a solicitação de alteração da ata com a inclusão do nome dos conselheiros Cláudio Barbosa Ferreira e Marcelo Augusto da Silveira, entre os presentes. A referida ata será retificada e submetida à aprovação final do colegiado. Dando prosseguimento, passou-se à ordem do dia, que tratou dos assuntos: 1) Considerações dos conselheiros sobre a proposta apresentada pelo IPT; 2) Destinação de recursos do Fundo Municipal de Habitação para aquisição de drones; 3) Destinação de recursos do Fundo Municipal de Habitação para subsidiar a entrada do financiamento habitacional para famílias de baixa renda e 4) Reforma da sala de reuniões da Secretaria de Infraestrutura. Inicialmente a conselheira Vânia trouxe informações sobre os termos jurídicos do contrato junto ao IPT, instituto contratado para a construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), já aprovado pelo COMHAB, especialmente no que diz respeito à cláusula de confidencialidade e da multa, prevista no contrato no valor de 100% (cem por cento) do valor ajustado. O conselheiro Marcelo Silveira pede a palavra e diz que a solicitação de confidencialidade constante no referido contrato é algo padrão, uma vez que se for divulgado pode infringir direitos autorais e propriedade intelectual, e sugere que o valor da multa seja negociado, uma vez que se trata de um valor excessivamente alto. O conselheiro Cláudio Ferreira informa que fez uma pesquisa junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do estado e que eles fizeram um

levantamento sobre as áreas de redução risco, disponíveis à Polícia Militar caso necessitem, e solicita que a Secretaria de Infraestrutura seja oficiada para responder se já teve acesso a estes dados. A conselheira Vânia informa que trará as informações na próxima reunião. A conselheira Vânia afirma que a confidencialidade é uma questão que pode inviabilizar o processo, uma vez que o PLHIS deve obrigatoriamente ser publicado e que isto deve ficar claro no contrato. O conselheiro Marcelo afirma que se faz necessário constar uma cláusula específica sobre o assunto no contrato e se propõe a construir a redação e encaminhar. Deu-se sequência ao segundo assunto que é a solicitação realizada pela Secretaria de Infraestrutura de destinação de recursos do Fundo Municipal de Habitação para a aquisição de aparelhos drones e o subsídio ao financiamento habitacional de famílias de baixa renda. A conselheira Vânia apresenta o assunto, informando que o objetivo principal da aquisição dos drones é a realização de fiscalizações e o mapeamento de loteamentos clandestinos ou em situação irregular. Informa que já foram mapeados 105 (cento e cinco) loteamentos irregulares. A conselheira Vânia informa que o Fundo Municipal de Habitação conta com atualmente R\$ 12.560.698,01 (doze milhões quinhentos e sessenta mil seiscentos e noventa e oito reais e um centavo). O conselheiro Marcelo Silveira pede a palavra e informa que muitas vezes estes loteamentos irregulares não são de pessoas em insegurança habitacional, mas muitas vezes condomínios de alto padrão, que são feitos sem autorização, com ligação de energia e água sem os devidos estudos, chegando a contaminar os lençóis freáticos, e que são murados, o que impede a entrada para fiscalização. O Major Júnior afirma que a única maneira eficiente de realizar essa fiscalização é via drone, sem a necessidade de ordem judicial de arrombamento e etc. Informa que atualmente a prefeitura dispõe de um drone na Guarda Civil Municipal, porém, se este equipamento apresentar algum problema o trabalho pode ser prejudicado. O conselheiro Marcelo Silveira afirma que diante da possibilidade de Reurb, estes proprietários não aceitam as solicitações. A conselheira Vânia informa que o valor a ser destinado para aquisição dos equipamentos é de R\$30.547,90, trinta mil quinhentos e quarenta e sete reais e noventa centavos. O conselheiro Cláudio questiona quem ficará responsável pela manutenção do drone. A conselheira Vânia informa que servidores da Secretaria de Infraestrutura serão capacitados para operação do equipamento e que a manutenção será realizada por meio da Secretaria também. A presidente Thallita consultou o colegiado sobre a aprovação da utilização do recurso para este fim e o colegiado aprovou por unanimidade. Por conseguinte, a conselheira Vânia passou ao terceiro assunto, que trata da proposta da Secretaria de Infraestrutura de destinação de recursos do Fundo Municipal de Habitação para programas habitacionais, em especial ao Cheque Moradia. Informa que a proposição é de deixar no Fundo uma reserva de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser utilizado para as aquisições de materiais discutidas anteriormente e outras despesas, e o restante podendo ser utilizado para

programas de habitação social, no caso o cheque moradia que está em andamento, além de outros programas futuros, como Casa Paulista. O conselheiro Marcelo toma a palavra e diz que até o momento esta foi a votação mais importante pautada no Conselho e questiona como se dá o aporte de recursos no Fundo. A conselheira Rosa informa que os recursos do Fundo advêm de taxas de outorga onerosa, multas e outros recursos que são destinados especificamente. A conselheira Vânia informa que se trata de uma solicitação do próprio secretário de Infraestrutura, sob orientação da Procuradoria Jurídica, visando viabilizar a utilização do recurso para esta finalidade. O conselheiro Marcelo questiona do que se trata o Projeto Cheque Moradia. A conselheira Vânia informa que se trata na verdade de um programa denominado “Entrada Franca”, destinado a subsidiar a entrada do financiamento habitacional para famílias de baixa renda, utilizando o recurso do Fundo Municipal de Habitação e parcerias com os Governos Estadual e Federal. A presidente Thallita faz a leitura do texto integral da minuta da lei do programa, em processo de finalização. A conselheira Vânia enfatiza então que serão reservados dois milhões de reais para as outras ações e destinados cerca de dez milhões de reais para este e outros programas habitacionais. A presidente Thallita questiona se esta reserva não seria para aplicação e os equipamentos e ações financiados com outro recurso. O conselheiro Marcelo afirma que mesmo com a aquisição dos drones e a realização do Seminário de Habitação, o valor de dois milhões de reais seria suficiente. A conselheira Rosa afirma que vê com preocupação a atribuição de fiscalização do programa unicamente pelo COMHAB, uma vez que não são técnicos do assunto para fazê-lo, e que esta deveria contar com os servidores públicos. O conselheiro Marcelo sugere que seja feita uma ressalva de que a fiscalização será realizada por agentes públicos *in loco* e que os relatórios serão apreciados pelo COMHAB. Os conselheiros e convidados discutem sobre os aspectos práticos do programa, sobre os valores de financiamento e o tipo de unidade habitacional. A presidente Thallita submete a matéria à votação do colegiado, ficando aprovada por unanimidade. A conselheira Vânia informa que avançando a tramitação do programa, se compromete a informar o colegiado. Deu-se sequência então, ao último assunto que foi a reforma da sala de reuniões da Secretaria de Infraestrutura. A conselheira Vânia informa que está em tramitação o processo para a licitação dos equipamentos a serem adquiridos para a sala de reuniões e que se faz importante que o COMHAB deixe registradas as demandas e delibere pela utilização do recurso próprio do Fundo Municipal de Habitação, na ordem de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Os conselheiros destacaram: cortinas, ar-condicionado, novas cadeiras, aparelho de TV, câmera para transmissão das reuniões, computador, impressora e material de expediente. Fica submetido à deliberação do colegiado, que aprova a utilização do recurso para estas aquisições. A conselheira Vânia fala sobre a importância de todo o colegiado estar envolvido nas ações do COMHAB e que ela dentro da Secretaria se coloca à disposição



CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE FRANCA
Lei Municipal Nº6.790 de 02 de março de 2007

para assuntos que demandem articulação interna e solicita apoio da mesa diretora para outros assuntos inerentes ao colegiado. O conselheiro Marcelo reafirma a importância dos convidados nas reuniões do COMHAB para contribuições e novas demandas importantes para o colegiado. A presidente Thallita fala sobre a importância de recomposição das vagas no Conselho, consultando oficialmente os conselheiros faltosos via ofício e e-mail para que retornem às reuniões ou solicitem a sua substituição. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente Thallita Barbosa agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Eder Furtado Ribeiro, primeiro secretário, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será devidamente juntada à lista de presença desta reunião. Franca, 17 de junho de 2025.